

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ARAGUATINS, ESTADO DO TOCANTINS

ANO II

ARAGUATINS, QUINTA, 07 DE MAIO DE 2026

EDIÇÃO N° 546

IMPrensa OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS-TO

Praça Anselmo Ferreira Guimarães
Araguatins-TO/CEP: 77950-000

AQUILES PEREIRA DE SOUSA

Prefeito Municipal



Documento assinado digitalmente conforme MP N° 2.200- 2 de 24/08/2001, da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A autenticidade deste documento pode ser conferida por meio do QRCode. Código de Validação: **5462026877**

SUMÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL

DECRETO /131-2026/PREF	1
DECRETO /132-2026/PREF	1
LEI /1406-2026/PREF	1
LEI /1407-2026/PREF	9
LEI /1408-2026/PREF	9
LEI /1409-2026/PREF	10
AVISO DE DISPENSA /019-2026/PREF	11

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AVISO DE DISPENSA /024-2026/FME	11
---------------------------------	----

PREFEITURA MUNICIPAL

DECRETO Nº 131/2026 Araguatins - TO, 07 de maio de 2026.

O Prefeito Municipal de Araguatins, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, que lhe são conferidas pelo art. 91 da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o disposto nos arts. 29 e 30 da Constituição Federal;

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 561/1994;

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.219/2016 e suas alterações;

Resolve:

Art. 1º - Nomear o Senhor, **LUCIVALDO DOS SANTOS DANTAS**, para exercer o Cargo Comissionado de **Secretário de Gabinete do Prefeito**, lotado no Gabinete do Prefeito do Município de Araguatins - TO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguatins, Estado do Tocantins, 07 de maio de 2026.

AQUILES PEREIRA DE SOUSA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 132/2026 Araguatins - TO, 07 de maio de 2026.

O Prefeito Municipal de Araguatins, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, que lhe são conferidas pelo art. 91 da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o disposto nos Arts. 29 e 30 da Constituição Federativa do Brasil;

Considerando o disposto na lei 561/1994;

Considerando o disposto na lei 1219/2016 e suas alterações;

Resolve:

Art. 1º - Nomear a Servidora, **MARIA ALCILIADORA MENDES**, Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer o Cargo Comissionado de **Assessora de Governo**, lotada na Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguatins, Estado do Tocantins, 07 de maio de 2026.

AQUILES PEREIRA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Lei nº 1406/2026 Araguatins, 07 de maio de 2026.

Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Cultura de Araguatins, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos humanos, financiamento e Cria o Conselho Municipal de Cultura e o Fundo Municipal de Cultura do Município de Araguatins/TO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUATINS, estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUATINS, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - Esta Lei regula no município de Araguatins/TO e em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil, o Sistema Municipal de Cultura - SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, por meio do exercício dos direitos culturais. A Criação do Conselho Municipal de Cultura e o Fundo Municipal de Cultura de Araguatins.

Parágrafo Único - O Sistema Municipal de Cultura - SMC integra o Sistema Nacional de Cultura o - SNC e os Sistema Estadual de Cultura - SIEC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

TÍTULO II

DA POLITICA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 2º- A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os municípios e define pressupostos que fundamentem as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pelo Poder Público Municipal de Araguatins/TO, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

CAPÍTULO I

Do Papel do Poder Público Municipal na Gestão da Cultura

Art. 3º - A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover condições indispensáveis

ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Araguatins/TO.

Art. 4º - A cultura é importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da cultura da paz no Município de Araguatins/TO.

Art. 5º - É de responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial no Município de Araguatins/TO e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Art. 6º - Cabe ao Poder Público do Município de Araguatins/TO planejar e implementar políticas públicas para:

I - Assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;

II - Universalizar o acesso aos bens e cidadania cultural;

III - Contribuir para a construção da cidadania cultural;

IV - Reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade de expressões culturais presentes no município;

V - Combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;

VI - Promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;

VII - Qualificar e garantir transparência da gestão cultural;

VIII - Democratizar os processos decisórios, assegurando a participação da sociedade;

IX - Fortalecer a economia cultural, no âmbito local;

X - Consolidar a cultura como importante vetor de desenvolvimento sustentável;

XI - Intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;

XII - Contribuir para a promoção da cultura da paz.

Art. 7º - A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.

Art. 8º - A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de educação, comunicação social, meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia, esportes, lazer, saúde e segurança pública.

Art. 9º - Os planos e projetos de desenvolvimento do município, na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e na sua avaliação levar em conta uma ampla gama de critérios, entre os quais, oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.

CAPÍTULO II Dos Direitos Culturais

Art. 10º - Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:

I - O direito à memória, à identidade e a diversidade cultural;

II - Livre criação e expressão;

III - O direito à acessibilidade;

IV - O direito à participação social visando à transparência nas decisões de política cultural;

V - O Direito Autoral;

VI - O direito ao intercambio cultural local, estadual, nacional e internacional.

CAPÍTULO III Da Concepção Tridimensional da Cultura

Art. 11º - O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura - **simbólica, cidadã e econômica** - como fundamento da política municipal de cultura.

Seção I Da Dimensão Simbólica da Cultura

Art. 12º - A dimensão simbólica da cultura compreende os bens da natureza material e imaterial que constituem as manifestações artísticas e o patrimônio cultural do Município de Araguatins/TO, abrangendo as linguagens artísticas, individuais e grupos formadores da sociedade local, conforme o Art. 216 da Constituição Federal.

Art. 13º - Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as infinitas possibilidades de criação simbólica, referentes as expressões artísticas e a modo de vida, crenças, valores, praticas rituais e identidades.

Art. 14º - A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo a formação, o fomento e a difusão das expressões artísticas e culturais, a preservação do patrimônio cultural, assim como a economia da cultura.

Art. 15º - Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, no plano local e nos planos regional, nacional e internacional, sempre que possível, considerando as diferentes concepções de dignidade humana, presentes em todas as culturas, como instrumento de construção de paz, moldada em padrões de coesão, integração e harmonia entre os cidadãos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.

Seção I Da Dimensão Cidadã da Cultura

Art. 16º - Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se construir numa plataforma de sustentação das políticas culturais.

Art. 17º - Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da circulação de bens, serviços e valores culturais.

Art. 18º - O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do município, de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme os Arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 19º - O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia de liberdade para criar, fruir e difundir a cultura.

Art. 20º - O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual.

Art. 21º - O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselho de políticas culturais, com representantes da sociedade democraticamente eleitos, como, da realização de conferências municipais de cultura.

Seção III Da Dimensão Econômica da Cultura

Art. 22º - Cabe ao Poder Público Municipal criar condições para o desenvolvimento da cultura por meio do incentivo à inovação e à criatividade, como fonte de oportunidades de trabalho e de renda, de forma sustentável e desconcentrada.

Art. 23º - O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como:

I - Sistema de produção, materialização em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo;

II - Elemento estratégico da economia contemporânea, em que se configura como um dos segmentos mais dinâmicos e importante fator de desenvolvimento econômico e social; e

III - Conjunto de valores e praticas que tem como referencia a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.

Art. 24º - As políticas públicas no campo da economia da cultura

devem entender os bens culturais como portadores de ideias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade artística e cultural do município, não restritos ao seu valor mercantil;

Art. 25º - As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de acordo com as especificidades dos processos produtivos de cada município.

Art. 26º - O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município de Araguatins/TO, deve estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços culturais, a produção de conhecimentos que sejam compartilhados por todos, assim como a geração de trabalho e renda de modo a contribuir com a sustentabilidade da economia da cultura do município.

Art. 27º - O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à Cultura por toda a sociedade

TÍTULO III O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA CAPÍTULO I

Das Definições e dos Princípios

Art. 28º - O Sistema Municipal de Cultura - SMC, constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, tendo como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 29º - O Sistema Municipal de Cultura - SMC, fundamenta-se na política municipal de cultura expressa nesta lei e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, para instituir um processo de gestão compartilhada com os demais entes federativos da República Brasileira - União, Estados e Município - com suas respectivas políticas e instituições culturais e a sociedade civil.

Art. 30º - Os princípios do Sistema Municipal de Cultura - SMC, que devem orientar a conduta do Governo Municipal, dos demais entes federados e da sociedade civil nas suas relações como parceiros e responsáveis pelo seu funcionamento são:

- I** - Diversidade das Expressões culturais;
- II** - Universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- III** - Fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- IV** - Cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- V** - Integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VI** - Complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- VII** - Transversalidade das políticas culturais;
- VIII** - Autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- IX** - Transparência e compartilhamento das informações;
- X** - Democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- XI** - Descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
- XII** - Ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para cultura.

CAPÍTULO II Dos Objetivos

Art. 31º - O Sistema Municipal de Cultura - SMC, tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes da federação, promovendo o desenvolvimento - humano, social e econômico - com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do Município.

Art. 32º - São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

- I** - Estabelecer um processo democrático de participação na gestão

das políticas e dos recursos públicos na área cultural;

II - Assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distritos, regiões e bairros do município;

III - Articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo de desenvolvimento sustentável do município;

IV - Promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis;

V - Criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura - SMC;

VI - Estabelecer parcerias entre os setores públicos e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.

CAPÍTULO III Da Estrutura Seção I Dos Componentes

Art. 33 Integram o Sistema Municipal de Cultural - SMC:

I - Coordenação:

a Secretaria Municipal de Esporte, Turismo, Cultura e Juventude;

II - Instancias de Articulação e Participação Social:

a Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;

b Conferencia Municipal de Cultura - CMC;

III - Instrumentos de Gestão:

a Plano Municipal de Cultura - PMC;

b Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;

IV - Sistemas Setoriais de Cultura

Parágrafo Único - O Sistema Municipal de Cultura - SMC, estará articulado com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais, em especial, da Educação, da Comunicação, da Ciência e Tecnologia, do Planejamento Urbano, do Desenvolvimento Econômico e Social, da Indústria e Comercio, das relações internacionais, do meio ambiente, do Turismo, do Esporte, da Saúde, dos Direitos Humanos, da Mulher e da Segurança, conforme regulamentação.

Seção II

Da Coordenação do Sistema Municipal de Cultura - SMC

Art. 34º - O Órgão responsável pela gestão da Cultura no município de Araguatins/TO é o órgão superior, subordinado diretamente ao Prefeito, e se constitui no órgão gestor do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 35º - São atribuições do Órgão responsável pela gestão da Cultura no município:

I - Formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura - PMC, executando as políticas e as ações culturais definidas;

II - Implementar o Sistema Municipal de Cultura - SMC, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, promover a articulação entre os atores públicos e privados no âmbito do Município, estrutura e integrar a rede de equipamentos culturais, descentralizar o uso dos recursos e democratizar a sua estrutura e atuação;

III - Promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;

IV - Valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade estética, étnica e social do município;

V - Preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;

VI - Pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do município;

VII - Manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;

VIII - Promover esforços para o intercâmbio cultural em nível regional, nacional e internacional;

IX - Assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de

Financiamento à Cultura – SMFC e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do município;

X - Descentralizar os equipamentos, as ações e eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;

XI - Estimular e promover cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção, gestão e patrimônio cultural;

XII - Estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;

XIII - Incentivar e realizar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;

XIV - Captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais;

XV - Operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC do Município;

XVI - Realizar a Conferência Municipal de Cultura – CMC, colaborar na realização e participação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura;

XVII - Exercer outras atividades correlatas a suas atribuições.

Art. 36º - Ao órgão responsável pela gestão da Cultura no Município, como órgão coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SMC, compete:

I - Exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura – SMC;

II - Promover a integração do município ao Sistema Nacional de Cultura – SNC e ao Sistema Estadual de Cultura – SIEC e / ou Sistema Municipal de Cultura SMC, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão voluntária;

III - Instituir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas no plenário do Conselho Municipal de Cultura – CMPC, e nas suas instancias setoriais, quando houver;

IV - Implementar, no âmbito do governo municipal, as pactuações aprovadas no Conselho Nacional de Política Cultural – CMPC e pelo Conselho Estadual de Políticas Cultural;

V - Emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultural – SMC, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;

VI - Colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos dos Sistema Nacional de Cultura – SNC e Sistema Estadual de Cultura – SIEC, atuando de forma colaborativa com os sistemas Nacional e Estadual de Informação e Indicadores Culturais;

VII - Colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistema de gestão;

VIII - Subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicas do Governo Municipal;

IX - Auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os demais entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;

X - Colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, com o Governo do Estado e com o Governo Federal na implementação de Programas de Formação na Área da Cultura, especialmente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas públicas de cultura do Município; e

XI - Coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura – CMC.

Seção III

Das Instâncias de Articulação e Participação Social

Art. 37º - Os órgãos previstos no inciso II d art. 33 desta Lei constituem as instâncias municipais de articulação, pactuação e deliberação do SNC, organizadas na mesma descrita na presente Seção.

Do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC

Art. 38º - O Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins/TO, órgão colegiado, consultivo e normativo, integrante da estrutura básica do Órgão responsável pela gestão da Cultura no município, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura de Araguatins/TO.

CAPÍTULO I

Seção I

Das Atribuições e da Composição

§ 1º O Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins/TO, tem como principal atribuição atuar com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura, participar da elaboração, acompanhar e fiscalizar a execução das políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura.

Parágrafo Único. Consideram-se como elementos essenciais na formulação das políticas públicas de cultura e estímulo ao desenvolvimento das artes e da cultura em geral, assim como a preservação da memória e do patrimônio cultural do município.

§ 2º Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins/TO, que representam a sociedade civil, são eleitos democraticamente pelos respectivos segmentos e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período, conforme regulamento.

§ 3º A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins/TO, deve contemplar na sua composição os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério territorial.

§ 4º A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins/TO, deve contemplar a representação do Município, por meio do Órgão responsável pela gestão da Cultura no município, de outros órgãos e Entidades do Governo Municipal e dos demais entes federados, quando for o caso.

Art. 39º - O Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins/TO, será constituído 06 (seis) membros titulares e igual o número de suplentes, com a seguinte composição:

I - 03 (três) membros titulares e respectivos suplentes representando o Poder Público, através dos seguintes órgãos:

a - Órgão responsável pela Cultura do Município de Araguatins/TO – Secretaria Municipal de Esporte, Turismo, Cultura e Juventude, sendo o Secretário deverá presidir o Conselho Municipal de Políticas Cultural.

Secretaria Municipal de Educação;

Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento;

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Habitação;

Secretaria Municipal de Infraestrutura;

Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico;

Secretaria Municipal de Saúde.

II - 03 (três) membros titulares e respectivos suplentes representando a Sociedade Civil, através dos seguintes setores:

Artistas e Criadores: Pintores, escultores, músicos, dançarinos, artesãos, poetas;

Produtores Culturais: Produtores de eventos, festivais, exposições;

Educadores e Professores de Artes: Professores de música, arte, teatro, dança;

Comunicadores e Jornalistas Culturais: Críticos de arte, música, cinema;

Grupos e Coletivos Culturais: grupos de teatro, dança, música, capoeira;

Bibliotecário e Arquivistas;

Designers e Artesão: designers gráficos, de moda, de produto;

Cineastas e Produtores de Vídeos: realizadores de filmes, documentários;

Pesquisadores e Estudiosos de Cultura: antropólogos, sociólogos, historiadores.

Cantores: Autorais, Interprete e Performance;

Descendentes de Quilombo: Preservação da Cultura Africana, Criação de Arte e Cultura, Luta pela identidade e direitos,

compartilhamento da cultura.

§ 1º Os membros titulares e suplentes representantes do Poder Público serão designados pelos respectivos órgãos e os representantes da Sociedade Civil serão eleitos conforme Regimento Interno;

§ 2º Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em Comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Executivo do Município.

§ 3º O Presidente do Conselho Municipal de Políticas Cultural de Araguatins é detentor do voto de Minerva.

Art. 40º - O Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins/TO, é constituído pelas seguintes instâncias:

I - Plenário;

II - Câmaras setoriais;

E demais comissões, grupo de trabalho, fóruns setoriais ou territoriais.

Seção II Das Competências

Art. 41º - Ao plenário, instância máxima do Conselho Municipal de Política Cultural, compete:

I - Propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura;

II - Estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura;

III - Estabelecer para a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - GMIC do Fundo Municipal de Cultura as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas culturais definidas no Plano Municipal de Cultura;

IV - Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC;

V - Apreçar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da cultura;

VI - Acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo Município de Araguatins/TO, para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura - SNC;

VII - Promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselhos Estaduais e Nacional;

VIII - Apreçar, emitir pareceres ou manifestar-se, por intermédio do Plenário, sobre matérias de natureza cultural, nos processos submetidos à sua análise;

IX - Cadastrar e reconhecer as instituições culturais sem fins lucrativos ou de utilidade pública, para fins de recebimento de auxílios, subvenções sociais, doações, patrocínios e investimentos, com recursos do Tesouro Municipal;

X - Propor ao Secretário Municipal de Esporte, Turismo, Cultura e Juventude que baixe atos, resoluções, deliberações, notificações, embargos, pertinentes à sua área de atuação, competência e finalidades;

XI - Apreçar e aprovar, previamente, projetos de restauração, conservação, manutenção ou relativos a qualquer transferência física em bens tombados;

XII - Propor a autuação e aplicação de multas administrativas às pessoas, físicas e/ou jurídicas, que estiverem em flagrante agressão ao patrimônio cultural do município de Araguatins/TO, comunicando o fato delituoso à Secretaria Municipal de Esporte, Turismo, Cultura e Juventude, para que tome as devidas providências;

XIII - Solicitar ou requerer aos órgãos públicos competentes, instituições ou empresas do setor privado e pessoas físicas informações, ações ou providências necessárias à defesa, preservação, conservação e manutenção dos bens tombados;

XIV - Submeter ao Prefeito Municipal, por intermédio do Secretário Municipal de Esporte, Turismo, Cultura e Juventude, para homologação, resoluções de tombamentos de bens, para homologação, resoluções de tombamentos de bens, nos termos da Lei Orgânica Municipal, quando versar sobre esse assunto;

XV - Articular-se ou formar parcerias com órgãos federais, estaduais, municipais e com a iniciativa privada, solicitando-lhes apoio técnico ou logístico, a fim de assegurar os interesses e a defesa da cultura de Araguatins/TO;

XVI - Participar, por intermédio dos seus representantes, de seminários, conferências, reuniões, eventos e outros interesse da cultura de Araguatins/TO;

XVII - Encaminhar os atos e as decisões do Conselho ao Secretário Municipal de Esporte, Turismo, Cultura e Juventude para as providências necessárias;

XVIII - Solicitar, por meio de documento formal, à Secretaria Municipal de Esporte, Turismo, Cultura e Juventude, o custeio das despesas necessárias ao seu funcionamento, especificando no mesmo ato os gastos orçamentários;

XIX - Prestar informações ao público, sobre matérias pertinentes à sua área de atuação;

XX - Aprovar o regimento interno da Conferencia Municipal de Cultura;

XXI - Estabelecer o regimento interno do Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins/TO;

XXII - Promover os atos e ações necessárias ao processo sucessório (eleições) dos seus membros;

XXIII - Outras competências e finalidades pertinentes à sua área de atuação.

Art. 42º - Compete às Câmaras Setoriais (se existir) fornecer subsídios ao Plenário do Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins para a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos segmentos culturais.

Art. 43º - O Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins deve-se articular com as demais instancias colegiadas do Sistema Municipal de Cultura - quando houver - para assegurar a integração, funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas de cultura implementadas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura.

CAPITULO II

DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Art. 44º - É atribuição essencial do Conselho Municipal de Política Cultural fiscalizar, promover a defesa e proteger o Patrimônio Cultural do Município de Araguatins/TO, por intermédio de ações que objetivem a vigilância **permanente**, a preservação, o registro, o inventario, a tutela e o tombamento de bens materiais e imateriais, nos termos da Lei;

Seção I

Do Tombamento

Art. 45º - Constitui Patrimônio Cultural Material do Município de Araguatins/TO, o conjunto de bens culturais materiais, moveis ou imóveis, existentes em seu território, e que, por sua vinculação a fatos pretéritos memoráveis e a fatos atuais significativos, ou por seu valor sociocultural, ambiental, arqueológico, histórico, científico, artístico, estético, paisagístico ou turístico, seja de interesse público proteger, preservar e conservar.

§1º Os bens referidos nesse artigo, passarão a integrar o patrimônio histórico e sociocultural mediante sua inscrição, isolada ou agrupada, no livro do tomo.

§ 2º Equiparam-se aos bens referidos nesse artigo e são também sujeitos ao tombamento, os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Art. 46º - O disposto nesta Seção se aplica, no que couber, aos bens materiais pertencentes às pessoas físicas bem como às pessoas jurídicas de direito privado ou de direito público interno.

Art. 47º - A identificação das edificações, das obras, dos objetos e dos monumentos naturais de interesse de preservação, será feita pelo Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins/TO, observando-se os seguintes critérios:

I - Historicidade - relação do objeto ou da edificação com a história social local;

II - Caracterização - arquitetônica de determinado período histórico;

III - Representatividade - exemplares significativos dos diversos períodos de urbanização;

IV - Raridade Arquitetônica - apresentação de formas valorizadas, porém, com ocorrência rara;

V - Valor Cultural - qualidade que confere ao objeto ou à

edificação permanência na memória coletiva;

VI - Valor Ecológico - relação existente entre os diversos elementos naturais bióticos e abióticos e sua significância;

VII - Valor Paisagístico - qualidade visual de elemento natural de característica ímpares e de referência.

Seção II

O Processo de Tombamento

Art. 48º - O processo de tombamento será iniciado a pedido de qualquer pessoa física ou jurídica, incluindo-se associações, instituições e quaisquer outras organizações interessadas na preservação e proteção da memória cultural do município de Araguatins/TO, ou por iniciativa do Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins/TO.

§1º O pedido deverá ser feito por carta ou ofício ao Secretário Municipal de Esporte, Turismo, Cultura e Juventude, constando dados relativos ao bem cultural, tais como localização e justificativa, devendo, quando for o caso, ser anexado qualquer documento, foto, desenho, referência a fatos, valores inerentes e outros, do que se pretenda tomar.

Art. 49º - Efetiva-se o tombamento com a homologação por parte do Prefeito Municipal, após parecer favorável emitido pelo Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins/TO.

Parágrafo Único - O tombamento será automaticamente publicado no Diário Oficial do Estado ou do Município e inscrito no respectivo Livro de Tombo, após o cumprimento do disposto nos artigos 52 a 53 desta Lei.

Art. 50º - O Secretário Municipal de Esporte, Turismo, Cultura e Juventude, providenciará automaticamente e obrigatoriamente, quando do tombamento de bem imóvel, o assentamento respectivo, no Registro de Imóveis, e, no caso de bem móvel, no Registro de Títulos e Documentos.

Art. 51º - O proprietário será notificado por escrito do tombamento do respectivo bem.

Parágrafo Único - No caso de recusa em dar ciência à notificação ou quando não se localizar o proprietário, a notificação será publicada imediatamente no Diário Oficial do Estado ou do Município.

Art. 52º - O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou pessoa jurídica, de direito público ou privado, far-se-á voluntária ou compulsoriamente.

Art. 53º - Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário pedir e a coisa se revestir de requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico, artístico, natural e cultural do Município de Araguatins/TO, a juízo do Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins/TO, e sempre que o proprietário anuir, por escrito, à notificação que se lhe fizer.

Art. 54º - Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário ser recusar a anuir ao tombamento.

I - O Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins/TO notificará o proprietário para anuir ao tombamento dentro de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da notificação ou publicação no Diário Oficial do Estado ou do Município e este querendo a impugnação do mesmo, apresentará por escrito ao Secretário Municipal de Esporte, Turismo, Cultura e Juventude dentro do prazo, as razões para tal;

II - Se o pedido de impugnação do tombamento for feito dentro do prazo determinado, o Secretário Municipal de Esporte, Turismo, Cultura e Juventude o encaminhará ao Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins/TO, que mediante parecer da Assessoria Jurídica profira decisão a respeito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do seu recebimento, do qual não caberá recurso via administrativa;

III - No caso de não haver pedido de impugnação à notificação de tombamento dentro do prazo estipulado, estará o bem tombado e prosseguirão os procedimentos constantes desta Lei.

Art. 56º - A decisão de tombamento deverá incluir a descrição da área de entorno do bem a ser tombado.

Seção III

Dos Efeitos do Tombamento

Art. 57º - Os bens tombados deverão ser conservados e em nenhuma hipótese poderão ser demolidos, destruídos ou

mutilados.

§ 1º As obras de restauração nos bens tombados só poderão ser iniciadas mediante prévia comunicação e aprovação pelo Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins/TO.

Art. 58º - Os bens tombados ficam sujeitos à vigilância permanente dos órgãos municipais competentes, que poderão inspecioná-los, sempre que julgado necessário.

Art. 59º - Sem prévia consulta ao Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins/TO, não poderá ser executada qualquer obra nas vizinhanças do imóvel tombado, que lhe possa impedir ou reduzir a visibilidade ou que não se harmonize com o aspecto estético, arquitetônico ou paisagístico do bem tombado.

§ 1º A vedação contida neste artigo estende-se à colocação de cartazes, painéis de propaganda, anúncios, tapumes ou qualquer outro objeto.

§ 2º Para efeitos deste artigo, o Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins/TO, deverá definir os imóveis da vizinhança que sejam afetados pelo tombamento, devendo notificar seus proprietários, quer do tombamento, quer das restrições a que deverão se sujeitar.

Art. 60º - Para efeito de imposição das sanções previstas nos artigos 165 e 166 do Código Penal, e sua extensão a todo aquele que destruir, inutilizar ou alterar os bens tombados, os órgãos públicos competentes comunicarão o fato ao Ministério Público, sem prejuízo da multa aplicável nos casos de reparação, pintura ou restauração, sem prévia autorização do Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins/TO.

Capítulo III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE ARAGUATINS/TO

Art. 61º - A Secretaria Municipal de Esporte, Turismo, Cultura e Juventude exercerá as funções de apoio administrativo, incluídas as da secretaria executiva, e de assessoramento técnico ao Conselho.

Art. 62º - A presidência do Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins/TO, será exercida pelo Secretário Municipal de Esporte, Turismo, Cultura e Juventude ou quem lhe fizer a vez, podendo opinar, sugerir e dar voto minerva.

Art. 63º - O Poder Público Municipal, através de veículo de comunicação de amplo alcance no Município, assegurará a publicação de todos os atos do Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins/TO.

Art. 64º - O Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Esporte, Turismo, Cultura e Juventude, assegurará ao Conselho Municipal de Política Cultural os meios necessários para sua instalação e funcionamento.

Art. 65º - As decisões do Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins/TO, serão tomadas em forma de resoluções e pareceres, que serão numeradas, arquivadas na Secretaria Municipal de Esporte, Turismo, Cultura e Juventude e disponíveis para consulta mediante solicitação prévia.

Art. 66º - O Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins/TO, terá sua organização e seu funcionamento regulamentados através de seu Regimento Interno - RI.

Art. 67º - O Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins/TO, deverá elaborar o seu próprio Regimento Interno, após a posse de seus membros e no prazo de noventa dias contados a partir da publicação desta Lei, remetendo-o ao Prefeito Municipal para homologação através do decreto baixado pelo mesmo.

Parágrafo Único - Para a elaboração de seu Regimento Interno o Conselho Municipal de Política Cultural de Araguatins/TO, poderá solicitar o assessoramento técnico e jurídico dos órgãos competentes da Prefeitura Municipal.

Art. 68º - Esta Lei será regulamentada por decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 69º - Esta Lei entra em vigor em data de sua publicação.

Art. 70º - Revogam-se disposições em contrário.

Da Conferência Municipal de Cultura - CMC

Art. 71º - A Conferência Municipal de Cultura - CMC, constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação

entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais, e segmentos sociais, artistas, grupos e agentes culturais, para analisar a conjuntura da área cultural no município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de Cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura - PMC.

§1º É de responsabilidade da Conferencia Municipal de Cultura - CMC, analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura - PMC e às respectivas revisões ou adequações;

§2º Cabe ao Órgão responsável pela gestão da Cultura no município convocar e coordenar a Conferencia Municipal de Cultura - CMC, que se reunirá ordinariamente a cada 01 ano ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC. A data de realização da Conferencia Municipal de Cultura - CMC, deverá estar de acordo com o calendário de convocação das Conferencias Estadual e Nacional de Cultura.

§3º A Conferencia Municipal de Cultura - CMC, poderá ser precedida de Conferencias Setoriais e Territoriais.

§4º A representação da sociedade civil na Conferencia Municipal de Cultura - CMC será, no mínimo, de dois terços dos delegados, sendo os mesmos eleitos em Conferencias Setoriais e Territoriais.

§5º Em caso de não realização das conferencias previstas no parágrafo 4º, o plenário do CMC será formado pelos participantes presentes no evento.

Seção IV

Dos Instrumentos de Gestão

Art. 72º - Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

Plano Municipal de Cultura;

Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;

Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC;

e

Programa Municipal de Formação em Arte e Cultura - PROMFAC;

Parágrafo Único - Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura - SMC se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro, e de qualificação dos recursos humanos.

Do Plano Municipal de Cultura - PMC

Art. 73º - O Plano Municipal de Cultura - PMC tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura - PMC.

Art. 74º - A elaboração do Plano Municipal de Cultura - PMC é de responsabilidade do Órgão responsável pela gestão da Cultura no município, que, a partir das diretrizes propostas pela Conferencia Municipal de Cultura - CMC, desenvolve Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC e, posteriormente, encaminhado à Câmara de Vereadores.

§ 1º Os Planos devem conter:

Diagnostico do desenvolvimento da cultura;

Diretrizes e prioridade;

Objetivos gerais e específicos;

Estratégias e ações;

Mecanismos e fontes de financiamento;

§ 2º Após a aprovação do Plano Municipal de Cultura, as respectivas metas, resultados e impactos esperados, recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários e indicadores de monitoramento e avaliação deverão ser formulados no formato de Planos de Trabalho anuais e apresentados ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC

Art. 75º - O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público de cultura, no âmbito do Município de Araguatins/TO que devem ser diversificados e articulados.

Parágrafo Único - São mecanismos de financiamento público da cultura no âmbito do Município de Araguatins/TO:

Orçamento Público do Município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA);

Plano Municipal de Cultura, definido nesta Lei;

Outros que venham a ser criados.

Do Fundo Municipal de Cultura - FMC

Art. 76º - Fica criado o Fundo Municipal de Cultura - FMC, vinculado ao Órgão responsável pela gestão da Cultura no Município como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta Lei.

Art. 77º - O Fundo Municipal de Cultura - FMC se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura do município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, podendo estabelecer parcerias com a União e com o Governo Estadual.

Parágrafo Único - É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipais, estadual e Federal, bem como de suas entidades vinculadas.

Art. 78º - São receitas do Fundo Municipal de Cultura - FMC: Dotação consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Araguatins/TO e seus créditos adicionais; Transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura - FMC;

Contribuições de mantenedores;

Produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como: arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração do Órgão responsável pela gestão da Cultura no município; Resultado da venda de ingressos de espetáculos ou de outros eventos artístico e promoções, produtos e serviços de caráter cultural; Doações e legados nos termos da legislação vigente; Subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

Reembolso das operações de empréstimo porventura realizadas por meio do Fundo Municipal de Cultura - FMC, a título de financiamento reembolsável, observados os critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real; Retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC;

Resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;

Empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades;

Saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Cultura - SMC;

Devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados pelos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;

Saldos de exercícios anteriores; e

Outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

Art. 79º - O Fundo Municipal de Cultural - FMC será administrado pelo Órgão responsável pela gestão da Cultura no município e apoiará projetos culturais por meio da modalidade não-reembolsáveis, na forma do regulamento, para apoio a projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos, preponderantemente por meio de editais de seleção pública.

Art. 80º - Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Cultura - FMC com planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, incluídas a aquisição ou a locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não poderão ultrapassar cinco por cento de suas receitas observados o limite fixado anualmente por ato do CMPC.

Art. 81º - O Fundo Municipal de Cultura - FMC financiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoa jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º Os projetos culturais previstos no caput deverão apresentar

planilha de custos, com preços compatíveis com os do mercado, e valor suficiente para a execução do projeto.

§ 2º No caso de despesas administrativas, estas não poderão exceder o limite de dez por cento do custo total do projeto, excetuados aqueles apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos, que poderão conter despesas administrativas de até quinze por cento de seu custo total.

§ 3º Nos casos em que a contrapartida for obrigatória, o proponente deve comprovar que dispõe de recursos financeiros ou de bens ou serviços, se economicamente mensuráveis, para complementar o montante aportado pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC, ou que está assegurada a obtenção de financiamento por outra fonte.

Art. 82º - Fica autorizada a composição financeira de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC com recursos de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, com fins lucrativos para apoio compartilhado de programas, projetos e ações culturais de interesse estratégico, para o desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura.

§ 1º O aporte dos recursos das pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado previsto neste artigo não gozará de incentivo fiscal.

§ 2º O A concessão de recursos financeiros, materiais ou de infraestrutura pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC será formalizada por meio de: Termo de Fomento, Termos de Cooperação ou Acordos de Cooperação (de acordo com o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC); de Termo de Parceria; Contratos Específicos; Prêmios; e outros.

Art. 83º - Para seleção de projetos apresentados ao Fundo Municipal de Cultura - FMC fica criada a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC, de composição paritária entre membros dos Poder Público e da Sociedade Civil.

Art. 84º - A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC será constituída por 09 (nove) membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º Os 05 (cinco) membros do Poder Público serão indicados pelo Órgão responsável pela Gestão da Cultura no município.

§ 2º Os 04 (quatro) membros da Sociedade Civil serão escolhidos conforme regulamento.

Art. 85º - Na seleção dos projetos a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC deve ter como referência maior o Plano Municipal de Cultura - PMC e considerar as diretrizes e prioridades definidas anualmente e aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 86º - A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC deve adotar critérios objetivos na seleção das propostas:

Relevância cultural e excelência do projeto;
Adequação orçamentaria e viabilidade de execução;
Potencial de execução do proponente e equipe envolvida no projeto;

Efeito multiplicador do projeto;

Adequação às diretrizes dos Planos Municipais (se houver), estadual e Nacional de Cultura.

Do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC

Art. 87º - Cabe ao Órgão responsável pela gestão de Cultura no município desenvolver o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados pelo Município.

§ 1º O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC é constituído de bancos de dados referentes a bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público ao ser integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

§ 2º O município que não dispuser de condições para criar plataforma digital própria poderá se associar ao Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais - SEIIC, para daí extrair o

quadro geral da produção cultural local, a partir da colaboração por meio da inserção contínua de informações para alimentar o Sistema SEIIC.

§ 3º O processo de estruturação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC terá como referência o modelo nacional, definido pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC.

Art. 88º - O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC tem como objetivos:

Coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral.

Disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais no Município.

Exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do Plano Municipal de Cultura - PMC.

Art. 89º - O Sistema Municipal de Informação e Indicadores Culturais - SMIIC fará levantamentos para a realização de mapeamentos culturais para o conhecimento da diversidade cultural local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural.

Art. 90º - O Sistema Municipal de Informação e Indicadores Culturais - SMIIC integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Informação e Indicadores Culturais poderá estabelecer parcerias com instituições especializadas na área de economia da cultura, de pesquisas socioeconômicas e demográficas e com outros institutos de pesquisa, para desenvolver uma base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural e elaborar indicadores culturais que contribuam tanto para a gestão das políticas públicas da área, quanto fomentar estudos e pesquisa nesse campo.

Do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura

Art. 91º - Cabe ao Órgão responsável pela gestão da Cultura no município elaborar, regulamentar e implementar o Programa Municipal de Formação em Arte e Cultura, em articulação com os demais entes federados e parceria com a Secretaria Municipal de Educação e instituições educacionais, tendo como objetivo central capacitar artistas e agentes culturais, assim como gestores dos setores públicos, privado e conselheiros de cultura, responsáveis pela formação e implementação das políticas públicas de cultura, no âmbito do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 92º - O Programa Municipal de Formação em arte e cultura deve promover:

A qualificação técnico-administrativa e capacitação em política cultural dos agentes envolvidos na formulação e na gestão de programas, projetos e serviços culturais oferecidos à população;

A formação nas áreas técnicas e artísticas e de economia criativa.

TITULO IV DO FINANCIAMENTO CAPITULO I Dos Recursos

Art. 93º - O Fundo Municipal de Cultura - FMC é a principal fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Parágrafo Único - O orçamento do Município se constitui, também, fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 94º - O financiamento das políticas públicas de cultura estabelecidas no Plano Municipal de Cultura far-se-á com os recursos do Município, possíveis repasses do Estado e da União, além dos demais recursos que compõem o Fundo Municipal de Cultura - FMC.

Art. 95º - O Município deverá destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC para uso como contrapartida de transferências do Fundo Municipal de Cultura ou de recursos do Tesouro Estadual, quando for o caso.

§ 1º Os recursos oriundos de repasses do Fundo Nacional de Cultura ou de recursos do Tesouro Estadual, serão destinados a: Políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos

Nacional, Estadual ou Municipal de Cultura;
Para o financiamento de projetos culturais escolhidos pelo Município por meio de seleção pública.

§ 2º A gestão municipal dos recursos oriundos de repasses do Fundo Nacional de Cultura ou de recursos do Tesouro Estadual deverá ser submetida ao Conselho Municipal de Política Cultural.

Art. 96º - Os critérios de aporte de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC deverão considerar a participação dos diversos segmentos culturais e territórios na distribuição total de recursos municipais para a cultura, com vistas a promover a descentralização do investimento.

CAPÍTULO II

Da Gestão Financeira

Art. 97º - Os recursos financeiros da Cultura serão depositados em conta específica, e administrados pelo Órgão responsável pela gestão da Cultura no município, sob fiscalização do Conselho Municipal de Cultura - FMC.

§ 1º Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura - FMC serão administrados pelo Órgão responsável pela Gestão da Cultura do Município.

§ 2º O Órgão responsável pela gestão da Cultura no município acompanhará a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos no caso de repasses pela União e Estado ao Município.

Art. 98º - O município deverá tornar publico os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.

§ 1º O município deverá zelar e contribuir para que sejam adotados pelo Sistema Nacional de Cultura critérios públicos e transparentes, com partilha e transparência de recursos de forma equitativa, resultantes de uma combinação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e outros específicos da área cultural, considerando as diversidades regionais.

Art. 99º - O município deverá assegurar a condição mínima para receber repasses de recursos no âmbito dos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, com a efetiva instituição e funcionamento dos componentes mínimos do Sistema Municipal de Cultura e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Fundo Municipal de Cultura.

CAPÍTULO III

Do Planejamento e do Orçamento

Art. 100º - O processo de planejamento e do orçamento do Sistema Municipal de Cultura - SMC deve buscar a integração do nível local, estadual e nacional, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de cultura com a disponibilidade de recursos próprios do Município, as transferências do Estado e da União, quando houver, e outras fontes de recursos.

§ 1º O Plano Municipal de Cultura será a base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 101º - As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura serão propostas pela Conferência Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Políticas Cultural - CMPC.

TÍTULO V

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 102º - O Município de Araguatins / TO, deverá se integrar ao Sistema Nacional de Cultura por meio de assinatura do termo de Adesão voluntária, na forma do regulamento, estando, assim, igualmente integrado ao Sistema Estadual de Cultura.

Art. 103º - Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, prevista no Artigo 315 do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura - SMC em finalidades diversas das previstas nesta lei.

Art. 104º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguatins, Estado do Tocantins, 07 de maio de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRE-SE.

AQUILES PEREIRA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Lei nº 1407/2026 Araguatins, 07 de maio de 2026.

Altera o art. 1º da Lei Municipal nº 1.373/2025, que autoriza a doação de imóvel ao Estado do Tocantins para construção de unidade do Centro de Artes e Esportes Unificado (CEU), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUATINS, Estado do Tocantins, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º da Lei Municipal nº 1.373/2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Araguatins/TO autorizado a doar terreno próprio para construção, referente a um lote de terra urbano nº 01-A (um "A"), da quadra 000J, situado na Rua 13 de Outubro, Nova Araguatins/TO, com área de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), matrícula nº 7.976, conforme consta na Certidão de Inteiro Teor."

Parágrafo único. A doação de que trata o caput deste artigo dar-se-á em benefício do ESTADO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.786.029/0001-03, destinando-se, exclusivamente, a possibilitar a construção de unidade do Centro de Artes e Esportes Unificado (CEU), com o qual o Município foi contemplado por meio do PAC Seleções 2024.

Art. 2º - A doação prevista nesta Lei fica condicionada ao cumprimento da finalidade pública estabelecida no parágrafo único do artigo anterior, no prazo máximo de 02 (dois) anos, contados da efetiva transferência do imóvel.

Parágrafo único. O não cumprimento da finalidade no prazo estipulado implicará na reversão automática do imóvel ao patrimônio do Município de Araguatins/TO, independentemente de indenização por eventuais benfeitorias realizadas, ressalvado o interesse público devidamente justificado pelo Município.

Art. 3º - Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Municipal nº 1.373/2025.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguatins, Estado do Tocantins, 07 de maio de 2026.

AQUILES PEREIRA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Lei nº 1408/2026 Araguatins, 07 de maio de 2026.

Institui o Serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade Casa Lar, no âmbito do Município de Araguatins - TO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUATINS, Estado do Tocantins, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, o Serviço de Acolhimento Institucional - modalidade Casa Lar, integrante da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Art. 2º - O Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade Casa Lar destina-se ao atendimento de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos, afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de acolhimento, aplicada pela autoridade judiciária, conforme os artigos 92, 93 e 101, inciso VII, da Lei nº

8.069/1990 (ECA).

Art. 3º - O serviço tem como princípios norteadores: preservação dos vínculos familiares e comunitários; excepcionalidade e provisoriedade do acolhimento; individualização do atendimento; respeito à autonomia, dignidade e direitos humanos; intersectorialidade das políticas públicas; e convivência familiar e comunitária como eixo estruturante da proteção social.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS E DIRETRIZES

Art. 4º - O Serviço de Acolhimento Institucional - modalidade Casa Lar tem como objetivos: oferecer acolhimento provisório e excepcional; assegurar o acesso à rede de serviços socioassistenciais; promover o reestabelecimento e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; apoiar o retorno à família de origem ou inserção em família substituta; e articular ações com o Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário.

Art. 5º - O acolhimento deverá ocorrer em residência inserida na comunidade local, com estrutura física semelhante a uma casa, evitando-se a institucionalização e promovendo o ambiente familiar.

CAPÍTULO III - DA EQUIPE TÉCNICA E OPERACIONAL

Art. 6º - A equipe técnica e administrativa será dimensionada conforme a NOB-RH/SUAS, observando a seguinte composição mínima: Coordenadora; Assistente Social; Psicóloga; Assistente Administrativo; quatro Cuidadores/Pais Sociais; quatro Auxiliares de Cuidador; dois Auxiliares de Serviços Gerais; duas Cozinheiras; dois Vigias; e um Motorista.

CAPÍTULO IV - DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 7º - A Coordenação é responsável pela execução técnica, administrativa e financeira do serviço; supervisão da equipe e elaboração de relatórios.

Art. 8º - A Assistente Social realiza o diagnóstico social, elabora o PIA, articula a rede socioassistencial e encaminha relatórios técnicos.

Art. 9º - A Psicóloga desenvolve atendimentos individuais e em grupo, acompanha o desenvolvimento emocional dos acolhidos e apoia o processo de reintegração familiar ou adoção.

Art. 10º - Os Cuidadores e Auxiliares de Cuidador oferecem cuidados diários, atenção e afeto aos acolhidos, promovendo rotinas educativas e zelando pelo bem-estar.

CAPÍTULO V - DO FUNCIONAMENTO E ACOMPANHAMENTO

Art. 11º - O acolhimento terá caráter temporário e excepcional, sendo obrigatória a reavaliação trimestral de cada caso.

Art. 12º - O serviço funcionará em regime ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), garantindo alimentação, vestuário, acompanhamento escolar, lazer, saúde e suporte psicossocial.

Art. 13º - Cada Casa Lar deverá atender, no máximo, 10 crianças e adolescentes, podendo acolher grupos de irmãos, respeitando a capacidade física e a qualidade do atendimento, sendo o acolhimento destinado exclusivamente a crianças e adolescentes residentes no Município de Araguatins/TO.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14º - O Município poderá celebrar convênios e termos de colaboração com entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, observadas as normas do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei Federal nº 13.019/2014).

Art. 15º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, emendas parlamentares, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 16º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 dias, estabelecendo normas complementares sobre funcionamento, monitoramento e controle social.

Art. 17º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguatins, Estado do Tocantins, 07 de maio de 2026.

AQUILES PEREIRA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Lei nº 1409/2026 Araguatins, 07 de maio de 2026.

Dispõe sobre a desafetação de área pública e autoriza o Poder Executivo Municipal a doar imóvel ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUATINS, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º - Fica desafetada de sua destinação originária, passando à categoria de bem dominical, a área pública de propriedade do Município de Araguatins/TO, conforme descrição abaixo:

Parágrafo único. O imóvel denominado PARTE DO LOTE 03 - GLEBA 03 B, localizado no município de Araguatins, com área total de 2.500,00 m² e perímetro de 220,00 metros, de propriedade da Prefeitura Municipal de Araguatins, possui as seguintes características e confrontações:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P-04, de coordenadas N 9.375.809,06 m e E 819.106,18 m; deste, segue de frente, confrontando com a Rua Nero Macedo, com distância de 40,00 metros até o vértice P-01, de coordenadas N 9.375.810,79 m e E 819.066,21 m; deste, segue pela lateral direita, confrontando com parte do Lote 03 / Gleba 03 A, com distância de 70,00 metros até o vértice P-02, de coordenadas N 9.375.871,85 m e E 819.100,44 m; deste, segue pelo fundo, confrontando com parte do Lote 03 / Gleba 03 A, com distância de 40,00 metros até o vértice P-03, de coordenadas N 9.375.870,12 m e E 819.140,41 m; deste, segue confrontando com a Rua Projetada 01, com distância de 70,00 metros até o vértice P-04, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao meridiano central nº 51°00', fuso -22, tendo como datum o SIRGAS2000, sendo que todos os azimutes, distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar o imóvel descrito no art. 1º ao **Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins - CBMTO**, inscrito no CNPJ sob o nº **07.924.551/0001-90**, com a finalidade de instalação da sede da **5ª Companhia Independente de Bombeiros Militar - Araguatins.**

Art. 3º - O imóvel doado será utilizado pelo donatário, exclusivamente, para a instalação e funcionamento de unidade do Corpo de Bombeiros Militar no Município de Araguatins, podendo contemplar:

I - prevenção e combate a incêndios;

II - ações de defesa civil;

III - atendimento a emergências;

IV - desenvolvimento de projetos de caráter educacional, social e ambiental vinculados às suas atribuições institucionais.

Parágrafo único. É vedado ao donatário ceder, locar, alienar, transferir ou dar destinação diversa ao imóvel objeto da presente doação, sob pena de reversão ao patrimônio municipal.

Art. 4º - O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Município de Araguatins/TO, com todas as suas benfeitorias e sem direito a qualquer indenização, caso:

I - não seja iniciada ou concluída a implantação da unidade no prazo de 05 (cinco) anos, contados da publicação desta Lei;

II - seja dada destinação diversa da prevista nesta Lei;

III - ocorra paralisação injustificada das atividades;

IV - haja descumprimento das condições estabelecidas.

Art. 5º - Todas as despesas decorrentes da lavratura da escritura pública de doação e do respectivo registro imobiliário, inclusive emolumentos cartorários, correrão por conta do donatário.

Art. 6º - A doação será formalizada por escritura pública, com cláusula de reversão e demais encargos previstos nesta Lei.

Art. 7º - A presente doação é realizada em razão do relevante interesse público, visando à melhoria da segurança da população, ao fortalecimento das ações de prevenção e combate a incêndios e

ao atendimento de emergências no Município.

**CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguatins, Estado do Tocantins, 07 de maio de 2026.

AQUILES PEREIRA DE SOUSA
Prefeito Municipal

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS - TO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ N° 01.237.403/0001-11, com sede à Praça Ancelmo Ferreira Guimarães, S/N°, Araguatins-TO, CEP: 77950-000, convida empresas interessadas contratar com a administração, a encaminhar cotação para o processo de Dispensa de Licitação 19/2026: abertura 13/05/2026 as 11:00 horas - que tem como objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia civil, visando o atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Administração do Município de Araguatins/TO, compreendendo a análise, emissão e acompanhamento de alvarás de construção e habite-se, fiscalização e acompanhamento de obras públicas e privadas, elaboração de pareceres técnicos, vistorias in loco, bem como a alimentação, gerenciamento e acompanhamento de informações junto aos sistemas oficiais, tais como Transferegov, SISMOB, SICAP e outros correlatos, incluindo suporte técnico contínuo às atividades de engenharia, conforme especificações e condições a serem definidas no Termo de Referência. Os interessados deverão encaminhar propostas de preços a partir das 16:00 horas do dia 07/05/2026 até as 11:00 horas do dia 13/05/2026, junto a Comissão de Licitação de Araguatins - TO pelo email licitaaraguatins24@gmail.com. O termo de edital poderá ser retirado junto a comissão permanente de licitação das 07:30 as 13:30 horas de segunda à sexta-feira, ou no site oficial <https://www.araguatins.to.gov.br/transparencia>. Os interessados deverão observar todas as condições, requisitos e prazos estabelecidos no edital. Mais informações podem ser obtidas através dos contatos disponibilizados acima. Railda de Sousa Santos/ Agente de Contratação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGUATINS - TO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro na cidade de Araguatins, Estado do Tocantins, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.910.524/0001-80, neste ato representado pela Sra. ULISSEVANIA SALES DA SILVA, convida empresas interessadas contratar com a administração, a encaminhar cotação para o processo de Dispensa de Licitação: 24/2026 que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TAPEÇARIA, VISANDO À MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS ASSENTOS DA FROTA DE VEÍCULOS UTILIZADOS NO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ARAGUATINS/TO. Os interessados deverão encaminhar propostas de preços a partir das 16:00 HORAS DO DIA 07/05/2026 ATÉ AS 09:00 HORAS DO DIA 13/05/2026 por meio do e-mail: licitaaraguatins24@gmail.com. O edital completo encontra-se disponível no site <https://www.araguatins.to.gov.br/transparencia>. Os interessados deverão observar todas as condições, requisitos e prazos estabelecidos no edital. Mais informações podem ser obtidas através dos contatos disponibilizados acima. Railda de Sousa Santos/Agente de Contratação.

ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE ARAGUATINS - TO

Setor responsável pela publicação e assinatura digital

Assinado de forma digital por MUNICÍPIO DE ARAGUATINS:01237403000111 em 07/05/2026 17:45:02

Secretaria Municipal de Administração

Página Oficial: www.araguatins.to.gov.br/diariooficial

SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELA CRIAÇÃO, DIGITAÇÃO, REVISÃO E ENVIO DOS DOCUMENTOS PUBLICADOS NESTE D.O.E.

DIAGRAMAÇÃO E PUBLICAÇÃO: Marcos Rosal Guimarães
Os originais das matérias editadas neste diário oficial eletrônico poderão ser encontrados em suas respectivas pastas.

A Prefeitura Municipal de Araguatins dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado por meio de sua página oficial.